

<b>Evento</b>	Reunião do Comitê Gestor Regional do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira (SIGEO-JT)
---------------	---

<b>Data</b>	11/7/2023
-------------	-----------

<b>Horário</b>	14h
----------------	-----

<b>Local</b>	Telepresencial – Google Meet
--------------	------------------------------

<b>Presentes</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Secretário de Orçamento e Finanças e coordenador, Marco Antonio Fernandes;</li><li>- Assessor Técnico da Secretaria de Orçamento e Finanças, Fernando Del Guerra Torraca;</li><li>- Secretário Judiciário, Edson Lacir Donadon;</li><li>- Coordenadora de Contratos, Vera Lúcia de Oliveira Ramires;</li><li>- Assessora Técnica da Secretaria-Geral da Presidência, Isabella Rabassi Lima;</li><li>- Servidor da Escola Judicial, Diego Dotto de Moraes;</li><li>- Servidora do 1º Grau, Beatriz Mayumi Hori;</li><li>- Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.</li></ul>
------------------	--

<b>Ausências justificadas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Coordenadora de Planejamento Orçamentário e Financeiro, Maria Cristina Mauad;</li><li>- Coordenador de Gestão Orçamentária, Luís Fernando Barros Costa;</li><li>- Assessor Técnico da Secretaria da Corregedoria Regional, Adilson Sérgio Bertoldo Junior;</li><li>- Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, Herbert Wittmann;</li><li>- Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas, Maurício Rodrigues de Moraes.</li></ul>
-------------------------------	---

<b>Pauta / Assuntos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- <b>Manuais de operacionalização disponíveis quanto aos módulos do SIGEO-JT</b></li><li>- <b>Demandas de cada área técnica</b></li><li>- <b>Módulo de diárias</b></li><li>- <b>Pesquisa de satisfação:</b> avalie os sistemas jurídicos e administrativos da Justiça do Trabalho:<ul style="list-style-type: none"><li><b>Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária - SIGEO</b></li><li>● Pesquisa Nacional de Satisfação do Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária - SIGEO - 1º Semestre de 2022</li><li>● Pesquisa Nacional de Satisfação do Sistema de Planejamento Orçamentário - SIGEO - 1º Semestre de 2023</li></ul></li><li>- <b>Assuntos gerais</b></li></ul>
-------------------------	--

O Secretário de Orçamento e Finanças, Marco Antonio Fernandes, Coordenador do Comitê Gestor Regional do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo aos integrantes presentes pela participação.

**- Manuais de operacionalização disponíveis quanto aos módulos do SIGEO-JT:**

Marco Antonio Fernandes explicou que o servidor Fernando Del Guerra Torraca, Assessor Técnico da Secretaria de Orçamento e Finanças, enviou manuais de operacionalização disponíveis quanto aos módulos do SIGEO-JT para todos os integrantes, visando ao conhecimento prévio das respectivas funcionalidades e dos gestores responsáveis, como aprovado na última reunião. Perguntou aos membros do Comitê se todos conseguiram acessar os manuais dentro de suas respectivas áreas e módulos do sistema, colocando a Secretaria de Orçamento e Finanças à disposição.

O planejamento financeiro, por exemplo, tem acesso por todos os demandantes de execução orçamentária do Tribunal. No módulo de honorários periciais, participam todas as Varas de Trabalho, Juízes e a Secretaria de Orçamento e Finanças. Cada área, portanto, acessará os módulos pertinentes àquele setor.

Fernando compartilhou o link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0> e mostrou a tela para acesso ao SIGEO, também disponível nos Sistemas Administrativos dentro da Intranet do Tribunal. Após login e senha, aparecem os módulos do sistema. Além disso, enviou o link direto para os manuais: <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda-jt/>.

#### **- Demandas de cada área técnica:**

Marco sugeriu marcar reuniões separadas com os servidores que utilizarão cada módulo, recebendo a aprovação do Comitê.

Edson relatou que a parte da Secretaria Judiciária está funcionando bem quanto aos honorários de peritos, módulo Assistência Judiciária.

Vera explicou que a Coordenadoria de Contratos também já vem utilizando bem o sistema, módulo Execução Financeira, destacando facilidade em parte das funcionalidades e necessidade de auxílio em outras.

Isabella e Diego, representando respectivamente a Secretaria-Geral da Presidência e a Escola Judicial, com relação ao módulo de diárias, que se encontra em desenvolvimento, também, precisarão de auxílio e manifestaram interesse de participação na elaboração do fluxo do processo.

#### **- Módulo de diárias:**

Marco esclareceu que o módulo de diárias foi desenvolvido pelo TRT da 3ª Região em formato para definição de fluxos pelos demais Tribunais, e que, atualmente, encontra-se em testes no âmbito da 15ª, para se estabelecer a respectiva operacionalização. No momento estão sendo elaborados os fluxos abrangendo as concessões de diárias referentes a cursos autorizados pela Escola Judicial e a outros eventos envolvendo os servidores, com desenvolvimento pela Assessoria Técnica da SOF e pela CEOF, e, com eventuais contribuições da SETIC.

O módulo automatizará inclusive a publicação das concessões de diárias, bem como permitirá a prestação de informações tributárias quando dos decorrentes pagamentos, caso exigidas, diretamente à Receita Federal.

Isabella colocou a questão de problemas recorrentes quando das concessões de diárias, dentre os quais pedidos equivocados sem possibilidade de edição, campo em branco impeditivo da geração de pedido, ausência de preenchimento do pedido pelo superior hierárquico, embora exigido, importando revisão por parte dos servidores antes do envio para o ordenador de despesas. Fernando explicou a existência de recursos no módulo em desenvolvimento, com previsão de botões para devolver, verificar e aprovar os pedidos de diárias, requerendo perfis específicos. Diego perguntou se haverá campo para minutar despachos.

Fernando ficou de agendar reunião com Isabella, Diego e possíveis outros servidores futuros usuários do módulo diárias para demonstrar o fluxo no ambiente de homologação, visando à ampliação de participação pelos interessados.

- **Pesquisa de satisfação:** avalie os sistemas jurídicos e administrativos da Justiça do Trabalho:

***Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária - SIGEO***

- Pesquisa Nacional de Satisfação do Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária - SIGEO - 1º Semestre de 2022
- Pesquisa Nacional de Satisfação do Sistema de Planejamento Orçamentário - SIGEO - 1º Semestre de 2023

Marco compartilhou ao Comitê que chegará uma pesquisa de satisfação acerca do módulo Planejamento e Acompanhamento Orçamentário do SIGEO, consoante antes elencados, e que foi solicitado o auxílio do Secretário de TIC para envio aos efetivos usuários.

A pesquisa de satisfação tem caráter nacional, abrange sistemas jurídicos e administrativos, incluindo também o PJe para os públicos externo e interno, e o SIGEP, além do SIGEO, somente para o público interno, com os decorrentes resultados compilados posteriormente pelo CSJT.

O Comitê ficou ciente.

- **Assuntos gerais:**

- **Módulo AJ/JT**

Marco, no intuito de evidenciar a relevância deste módulo do SIGEO, considerados os números de usuários no ambiente interno, 1205 entre magistrados e servidores, explicou que decorrente implantação ocorreu há cerca de dois anos e permitiu até o momento o pagamento de mais de 40 mil requisições de honorários periciais da justiça gratuita. Há, no entanto, 310 requisições acima do limite estabelecido no âmbito do Tribunal, R\$806,00, que se encontram na situação de aguardando ratificação, o que necessitará de uma análise pela autoridade competente para liberação dos decorrentes pagamentos.

A motivação desta análise decorre da indicação do valor superior ao limite fixado pelo Tribunal mesmo quando de data de arbitramento anterior aquela da vigência da normatização do CSJT que estabeleceu o teto por requisição de R\$1.000,00. Igualmente, existem requisições na mesma situação, aguardando ratificação, uma vez decorrentes de acordos judiciais, visto exigirem indicação de fundamentação legal, que estão ausentes, não incluídas pelos juízos quando encaminhadas para pagamento. As requisições quando decorrentes de acordos judiciais ou com atribuição de valores acima do limite definido pelo Tribunal Regional são objeto de ratificação pelo Secretário de Orçamento e Finanças devido a ato de delegação pela Douta Presidência. As ocorrências relatadas foram analisadas pelos integrantes do Comitê.

Na questão da ausência de justificativa pelo juízo, quando as requisições são devolvidas para as respectivas unidades, Edson sugeriu que o coordenador do Comitê leve à Presidência uma proposta de comunicado ou ordem de serviço para ajustar essa necessidade de justificativa. Beatriz propôs consultar a Corregedoria Regional também sobre a ausência de justificativa.

No concernente à autorização para pagamento de requisições acima do limite fixado pelo Tribunal, na mesma linha da sugestão anterior, o Coordenador informou que levará a questão à apreciação da Presidência.

Marco, ainda, informou que, embora no período de janeiro a junho, o Tribunal já tenha pago mais de 12 mil requisições, no montante de mais de 13 milhões de reais, existiam 5457 requisições criadas, contudo pendentes de validação pelos magistrados, ou seja, aguardam para decorrente pagamento. Nas requisições criadas e aguardando validação incidem correção monetária, logo se imediatamente validadas importam numa economia de recursos. A economia decorre de que, no caso da requisição estar validada e não

necessitar de ratificação, o respectivo pagamento ocorre dentro do próprio mês da criação.

O Comitê sugeriu que o coordenador solicitasse uma reunião com o Excelentíssimo Desembargador Presidente para levar a questão, com participação eventual da Corregedoria e Juízes Auxiliares.

Ao final, o Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 15h05.

Ata preparada por	Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce	Em	11/7/2023
Ata aprovada por	Secretário de Orçamento e Finanças e Coordenador do Comitê, Marco Antonio Fernandes	Em	18/7/2023